

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

**Demonstrações financeiras intermediárias
em 31 de março de 2017**

Relatório da auditoria

Relatório da auditoria

Relatório da auditoria

Demonstrações financeiras intermediárias

Balancos patrimoniais intermediários.....	06
Demonstrações intermediárias do resultado.....	07
Demonstrações intermediárias do resultado abrangente.....	08
Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido.....	09
Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa.....	10
Demonstrações intermediárias do valor adicionado.....	11

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

1	Informações gerais.....	12
2	Desempenho operacional (*).....	15
3	Das concessões de serviço público de energia elétrica.....	16
4	Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias.....	16
5	Caixa e equivalentes de caixa.....	17
6	Clientes.....	17
7	Tributos a recuperar.....	18
8	Direito de ressarcimento – CCC / CDE.....	19
9	Almoxarifado.....	19
10	Imobilizado.....	20
11	Intangível.....	22
12	Fornecedores.....	23
13	Financiamentos e empréstimos.....	23
14	Tributos e contribuições sociais a recolher.....	25
15	Encargos setoriais.....	25
16	Obrigações estimadas.....	26
17	Provisão para contingências.....	26
18	Benefícios pós-emprego.....	32
19	Remuneração aos acionistas.....	33
20	Adiantamento para futuro aumento de capital.....	33
21	Outros passivos.....	34
22	Imposto de renda e contribuição social.....	35
23	Patrimônio líquido.....	36
24	Receita operacional líquida.....	36
25	Custos e despesas operacionais.....	37
26	Resultado financeiro.....	37
27	Remuneração do pessoal-chave da administração.....	38
28	Instrumentos financeiros.....	38
29	Estimativa do valor justo.....	39
30	Gestão de capital.....	40
31	Gestão de risco financeiro.....	40
32	Análise de sensibilidade.....	42
33	Saldos e transações com partes relacionadas.....	43
34	Compromissos operacionais de longo prazo.....	44

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Balancos patrimoniais intermediários em 31 de março de 2017 e em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	31/03/2017	31/12/2016	PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	Nota	31/03/2017	31/12/2016
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	50.240	56.007	Fornecedores	12	127.006	170.016
Clientes	6	68.302	95.501	Financiamentos e empréstimos	13	1.040.684	377.963
Tributos a recuperar	7	3.630	4.171	Tributos e contribuições sociais a recolher	14	20.996	17.492
Direitos de ressarcimento - CCC / CDE	8	33.336	39.224	Obrigações estimadas	16	8.724	14.105
Almoxarifado	9	28.755	31.065	Encargos setoriais	15	166	167
Outros ativos		3.335	2.883	Provisões para contingências	17	364.719	326.364
Total do circulante		187.598	228.851	Benefícios pós-emprego	18.2	572	676
				Remuneração aos acionistas	19	88.023	85.432
				Outros passivos	21	35.937	36.618
				Total do circulante		1.686.827	1.028.833
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Tributos a recuperar	7	24.514	24.780	Fornecedores	12	16.555	16.555
Almoxarifado	9	180.467	178.707	Financiamentos e empréstimos	13	1.731.934	2.302.480
Depósitos judiciais	17	10.530	10.061	Encargos setoriais	15	19.777	19.777
Imobilizado	10	1.108.485	1.126.206	Benefícios pós-emprego	18.2	818	818
Intangível	11	2.266	2.293	Adiantamento para futuro aumento de capital	20	574.921	483.857
Total do não circulante		1.326.262	1.342.047	Provisão para passivo atuarial	18.1	71.699	71.699
				Total do não circulante		2.415.704	2.895.186
				Total do passivo		4.102.531	3.924.019
				PASSIVO A DESCOBERTO			
				Capital social	23.1	845.510	845.510
				Reserva de lucros	23.2	2.596	2.596
				Ajustes de avaliação patrimonial		(110.310)	(110.310)
				Prejuízos acumulados		(3.326.467)	(3.090.917)
				Total do passivo a descoberto		(2.588.671)	(2.353.121)
TOTAL DO ATIVO		1.513.860	1.570.898	TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO		1.513.860	1.570.898

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**Companhia de Geração Térmica
de Energia Elétrica**

Demonstrações intermediárias do resultado
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	Nota	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Receita operacional líquida	24	105.403	13.619
Custos e despesas operacionais	25	(193.122)	(190.168)
Energia elétrica comprada para revenda		(53.020)	(61.288)
Encargos de uso da rede de transmissão		(11.931)	(10.359)
Pessoal		(26.976)	(26.169)
Material		(13.054)	(22.934)
Serviço de terceiros		(17.497)	(19.634)
Depreciação e amortização		(18.654)	(18.105)
Combustíveis para produção de energia		(32.033)	(44.183)
(-) Recuperação de despesas - subvenção de combustíveis		22.572	31.306
Outros		(42.529)	(18.802)
Resultado do serviço de energia elétrica		(87.719)	(176.549)
Outras receitas/despesas		270	57
Resultado financeiro	26	(148.101)	(103.155)
Receita financeira		2.378	3.650
Despesa financeira		(150.479)	(106.805)
Prejuízo operacional antes dos impostos		(235.550)	(279.647)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo do período		(235.550)	(279.647)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**Companhia de Geração Térmica
de Energia Elétrica**

Demonstrações intermediárias do resultado abrangente
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Prejuízo do período	<u>(235.550)</u>	<u>(279.647)</u>
Ganhos (perdas) atuariais do período	-	-
Total do resultado abrangente	<u><u>(235.550)</u></u>	<u><u>(279.647)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016 Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	845.510	(41.026)	2.596	(2.017.708)	(1.210.628)
Prejuízo do período	-	-	-	(279.647)	(279.647)
Saldo em 31 de março de 2016	845.510	(41.026)	2.596	(2.297.355)	(1.490.275)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	845.510	(110.310)	2.596	(3.090.917)	(2.353.121)
Prejuízo do período	-	-	-	(235.550)	(235.550)
Saldo em 31 de março de 2017	845.510	(110.310)	2.596	(3.326.467)	(2.588.671)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016 Em milhares de reais

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado antes dos impostos	(235.550)	(279.647)
Prejuízo do período	(235.550)	(279.647)
Ajustes no resultado por:		
Depreciação e amortização	19.428	19.400
Baixa de ativo imobilizado e intangível	1	-
Encargos financeiros apropriados	136.714	100.217
Encargos financeiros sobre dividendos não distribuídos	2.591	2.440
Variações monetárias e cambiais líquidas	(23)	(2.675)
Provisões para contingências	38.355	5.872
Total de ajustes	197.066	125.254
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Redução em clientes	27.199	65.709
Redução (aumento) em tributos a recuperar	806	(6.477)
Aumento em cauções e depósitos vinculados	(469)	(1.365)
Redução em direito de ressarcimento	5.888	24.486
Redução (aumento) em almoxarifado	550	(13.229)
Aumento em outros ativos	(452)	(6.418)
Aumento em fornecedores	10.209	16.604
Aumento (redução) em tributos e contribuições sociais a recolher	3.504	(14.786)
Redução em obrigações estimadas	(5.381)	(4.182)
Redução em encargos setoriais	(1)	(1.111)
Redução em outros passivos	(3.457)	(144)
Total de variações	38.396	59.087
Pagamento de encargos financeiros	(122)	(1.831)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(210)	(97.137)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de ativo imobilizado	(1.544)	(2.743)
Aquisições de ativo intangível	(136)	(233)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.680)	(2.976)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingresso de adiantamento para futuro aumento de capital	-	165.442
Amortização do principal de financiamentos e empréstimos	(3.877)	(5.767)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(3.877)	159.675
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(5.767)	59.562
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	50.240	64.752
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	56.007	5.190
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(5.767)	59.562

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações intermediárias do valor adicionado
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
RECEITAS		
Suprimento de energia elétrica	115.392	21.860
Outras receitas operacionais	774	1.235
	<u>116.166</u>	<u>23.095</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)		
Energia elétrica comprada para revenda	(53.020)	(61.288)
Serviços de terceiros	(17.497)	(19.634)
Materiais	(13.054)	(22.934)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(32.033)	(44.183)
(-) Recuperação de despesas - subvenção combustíveis	22.572	31.306
Outros custos operacionais	(53.683)	(28.080)
	<u>(146.715)</u>	<u>(144.813)</u>
VALOR ADICIONADO NEGATIVO BRUTO	<u>(30.549)</u>	<u>(121.718)</u>
Quotas de reintegração (depreciação e amortização)	<u>(18.654)</u>	<u>(18.105)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (NEGATIVO) PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(49.203)</u>	<u>(139.823)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	2.379	3.650
Outras receitas - aluguéis	6	6
	<u>2.385</u>	<u>3.656</u>
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>(46.818)</u>	<u>(136.167)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Colaboradores	21.927	21.185
Governo	16.128	15.764
Agentes financeiros e aluguéis	150.677	106.531
Retenção de prejuízo do período	(235.550)	(279.647)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>(46.818)</u>	<u>(136.167)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE ("Companhia" ou "Eletrobras CGTEE"), é uma sociedade de economia mista integrante do grupo controlado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("controladora" ou "Eletrobras"). Foi constituída em 28 de julho de 1997, e está inscrita no CNPJ sob o nº 02.016.507/0001-69.

A Companhia tem sede e Foro na cidade de Porto Alegre - capital do Estado do Rio Grande do Sul, podendo, a critério da Diretoria, criar sucursais, filiais, agências e escritórios nesta mesma cidade ou em qualquer outra parte do território nacional ou estrangeiro, observada a legislação vigente.

A Companhia tem por objeto social, conforme o seu estatuto:

- (a) realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras de energia elétrica, de instalações de transmissão e de transformação de energia elétrica e serviços correlatos, inclusive sistemas de informática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, podendo participar de outras sociedades para a realização de seus objetivos sociais, observada a legislação vigente;
- (b) desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de produção, transformação e transmissão de energia elétrica, inclusive: transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de planejamento, operação, manutenção de instalações elétricas, reparos e conservação de peças e equipamentos de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de autoprodutor e produtor independente, com a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios, visando a maior eficiência no uso da eletricidade;
- (c) integrar grupos de estudo, consórcios, grupos de sociedade ou quaisquer outras formas associativas com vista a pesquisas de interesse do setor energético, à formação de pessoal técnico a ela necessário, bem como à prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro a outras empresas;
- (d) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedade, com ou sem aporte de recursos, no Brasil ou no exterior, com ou sem poder de controle, que se destinem à exploração da produção de energia elétrica sob o regime de concessão ou autorização, direta ou indiretamente;
- (e) comercializar, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da Empresa;
- (f) principal atividade operacional:

Através do Contrato de Concessão nº 067, firmado com a União Federal, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Companhia detém concessão de geração para as seguintes usinas termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B, localizada no município de Candiota; Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo; e Usina Nutepa, localizada no Município de Porto Alegre, todas no Estado do Rio Grande do Sul. O referido Contrato de Concessão teve vigência até 7 de julho de 2015. O parque gerador, sob concessão, da Companhia possui potência instalada de 490 MW. Estas usinas serão afetadas pela Lei nº 12.783/2013, conforme a Nota 3. Além da concessão citada, detém autorização, por meio da Portaria MME nº 304, de 17 de setembro de 2008, para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

implantação da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Candiota III (Fase C), localizada no Município de Candiota, com capacidade instalada de 350 MW. A unidade foi implantada e entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2011. A energia gerada pela usina foi comercializada no Leilão de Energia, Edital ANEEL 002-2005, realizado em 16 de dezembro de 2005, para suprimento a 31 distribuidoras de todo o País, pelo período de 15 anos, de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2024. Esta usina não será afetada pela Lei nº 12.783/2013.

Com a instalação da usina Candiota III (Fase C), a Companhia passou a contar com potência instalada total de 840 MW, cuja geração efetiva atende a despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema).

Situação financeira

A Companhia apresentou, em 31 de março de 2017, um prejuízo de R\$ 235.550, ante um prejuízo de R\$ 279.647 em 31 de março de 2016. Os resultados apresentados no período determinaram um passivo a descoberto em R\$ 2.588.671 em 31 de março de 2017 (R\$ 2.353.121 em 31 de dezembro de 2016).

Os resultados apresentados em 31 de março de 2017 tiveram como principais causas:

- A receita operacional líquida apresentou um crescimento de 673,9% em relação ao mesmo período de 2016. Este acréscimo se deu, principalmente, pela receita do 1º leilão, que, no primeiro trimestre de 2016 foi bastante afetada pelos ressarcimentos às distribuidoras clientes oriundos da insuficiência de geração de energia.

- Pequeno aumento dos custos e despesas operacionais, na ordem de 1,6%, em comparação ao mesmo período de 2016. Houve um acréscimo de 523,1% nas provisões para contingências entre o primeiro trimestre de 2017 e o de 2016, com destaque para a provisão de auto de infração do IBAMA, no valor de R\$ 40.000, conforme nota explicativa 17.e. A compra de energia para revenda continua sendo um custo importante, representando 27,4% dos custos operacionais no primeiro trimestre de 2017 (32,2% no mesmo período de 2016). Como aspecto positivo, destaca-se a redução nos gastos com combustíveis, especialmente com o carvão, na ordem de 26,7% entre os períodos, em função da redução das quantidades compradas de carvão para utilização na UTE Candiota III (Fase C), e a suspensão de compra de carvão para a UTE Presidente Médici (Fases A e B) em 2017.

- O resultado financeiro apresentou um déficit de R\$ 148.101, representando um aumento de 43,6% do déficit verificado no mesmo período de 2016. Este resultado foi impulsionado pelos encargos financeiros sobre a dívida, que tiveram uma elevação de 47,4,6% em relação ao primeiro trimestre de 2016, em função do crescente saldo de empréstimos.

O total do passivo circulante, em 31 de março de 2017, foi de R\$ 1.130.510 (R\$ 1.028.833 em 31 de dezembro de 2016). Deste total, R\$ 572.390 (R\$ 463.395 em 31 de dezembro de 2016) são referentes ao financiamento da UTE Candiota III (Fase C), dividendos não distribuídos e demais empréstimos para custeio contraídos junto a Eletrobras.

Para as principais atividades de investimentos planejadas, a Companhia conta com o apoio financeiro da Eletrobras, através do financiamento de obras via empréstimos com recursos da RGR e pela integralização de recursos destinados ao aumento de capital social (AFAC).

Diante do quadro atual, a Companhia mantém tratativas permanentes junto a *holding* para viabilizar ações que possibilitem a sua recuperação técnica e financeira, onde neste sentido houve a aprovação do Plano de Negócios pelo Conselho de Administração em reunião realizada em Brasília no dia 21 de dezembro de 2016.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Histórico das unidade geradoras:

- UTEs São Jerônimo e Nutepa: estas unidades estão com operação comercial suspensa (São Jerônimo: UG1 em 02/12/2011, UG2 e UG3 em 11/07/2014 – Nutepa: em 06/10/2011). No momento estão desativadas, devido ao término de vida útil, tecnologia obsoleta, baixíssimo rendimento e por consequência, alto custo operacional. Tais unidades já estão com saldo residual contábil zero;
- UTE Presidente Médici - Fase A (unidade 1): esta unidade está com operação comercial restabelecida para 40 MW médios. Com operação mautorizada até 31/ de dezembro de 2017, quando será desligadas conforme determina o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC);
- UTE Presidente Médici - Fase A (unidade 2): esta unidade está com operação comercial suspensa. No momento está desativada, devido ao término de vida útil, tecnologia obsoleta, baixo rendimento e por consequência, alto custo operacional. Tal unidade está com saldo residual contábil zero;
- UTE Presidente Médici – Fase B (unidade 3): esta unidade está com operação comercial suspensa. No momento está desativada, devido ao término de vida útil, tecnologia obsoleta, baixo rendimento e por consequência, alto custo operacional. Tal unidade teve o saldo do valor residual de seus ativos provisionados em 31 de dezembro de 2016;
- UTE Presidente Médici – Fase B (unidade 3): os contratos de venda de energia vinculados à unidade encerraram em 31 de dezembro de 2016. Em atendimento ao § 3º, da Cláusula Nona, do Primeiro Aditamento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de 16 de agosto de 2013, a Eletrobras CGTEE procedeu ao desligamento da UTE Presidente Médici (Fase B) a partir de 01/03/2017, mantendo-a em operação até 28/02/2017, conforme Ofício n. 07/2016 – DILIC/IBAMA de 30/12/2016, que autorizou em caráter excepcional, no período de manutenção da UTE Candiota III (Fase C), a continuidade operacional da UTE Presidente Médici (Fase B) nos meses de janeiro e fevereiro de 2017, esta unidade teve o saldo do valor residual de seus ativos provisionados em 31 de dezembro de 2016;
- UTE Candiota III (Fase C): o restabelecimento da energia vendida da UTE Candiota III (Fase C), conforme processo judicial nº 5000593-10.2015.4.04.7100, no 2º semestre de 2016 garantiu o aumento de receita do 1º leilão. A CGTEE planeja um *overhaul* para a revisão dos parâmetros técnicos operacionais desta unidade, o que irá gerar uma melhora de performance da UTE, sinalizando possibilidades de acréscimo de receitas para os próximos exercícios.
- Cabe ainda destacar que a Eletrobras CGTEE está tendo todo o suporte financeiro da *holding* para execução de suas atividades operacionais, bem como para seus investimentos futuros necessários.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Desempenho operacional (*)

A geração total de energia elétrica da Eletrobras CGTEE no 1º Trimestre de 2017 foi de 354,457 GWh (654,368 GWh no 1º Trimestre de 2016). A geração das Fases A e B da usina Presidente Médici ficou em 116,296 GWh (183,512 GWh – 1º Trimestre de 2016). Na Fase C a geração atingiu a marca de 238,161 GWh (470,856 GWh - 1º Trimestre de 2016). Nas Usinas de São Jerônimo e NUTEPA, não houve geração neste 1º Trimestre.

Houve decréscimo na geração no 1º Trimestre de 2017 em cerca de 45,832%, comparando-se o mesmo período do ano anterior. Esta redução se deu basicamente em razão de parada para manutenção da UTE Candiota III nos meses de janeiro e fevereiro/2017, assim como, o mau desempenho observado em janeiro e fevereiro/2017 e, a saída de operação da Fase B da UTE Presidente Médici, a partir de março/2017, atendendo ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC com o IBAMA, parágrafo 3º da cláusula nona.

Em função do volume de venda dos contratos de energia, associado com a verificação dos novos valores de garantia física, válidos desde janeiro de 2008 e, os problemas técnicos enfrentados pelas Usinas, a Companhia vinha sofrendo penalidades por insuficiência de lastro perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Desde fevereiro de 2009, para solucionar este problema a Companhia vem adquirindo sistematicamente montantes de energia, através da participação em leilões de venda de energia, evitando a exposição diante da CCEE. As aquisições de energia foram mantidas neste 1º Trimestre, prevendo a recuperação e manutenção dos índices de disponibilidade. Neste 1º Trimestre foram adquiridos 291,735 GWh em leilões de compra de energia.

Diante destas ações, a Companhia vem evitando penalidades, porém comprometendo seu desempenho econômico devido a comparação entre o custo da energia adquirida (80 MW médios à R\$164,64 e 55 MW médios à R\$226,78) e o valor desta energia no MCP (preço de liquidação das diferenças – PLD). Comentamos que neste 1º Trimestre de 2017 o PLD (Submercado Sul, Sudeste e Norte) oscilou entre R\$121,44/MWh e R\$ 216,24/MWh, ficando com a média de R\$ 155,37/MWh.

A Disponibilidade Geral das Unidades da Eletrobras CGTEE (DISPGR) no período de janeiro a março de 2017 foi de 19,90% na UTE Presidente Médici e de 40,47% na UTE Candiota III, totalizando uma disponibilidade da Eletrobras CGTEE de 29,72% (69,88% no mesmo período do ano anterior). O DISPGR é calculado com base na comparação entre os índices de TEIF e TEIP verificados mensalmente pelo ONS e os índices TEIF e TEIP de referência.

A disponibilidade de 2017 ficou inferior ao mesmo período de 2016 em função da manutenção da UTE Candiota III ocorrida entre janeiro e fevereiro/17 e da baixa disponibilidade da UTE Presidente Médici. Cabe salientar que as UG's 03 e 04 da UTE Presidente Médici estão impedidas de operar, a partir de março/17, em atendimento às questões ambientais impostas pelo IBAMA.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Das concessões de serviço público de energia elétrica

A Companhia detém as seguintes concessões e autorizações de serviço público de energia elétrica junto à ANEEL, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimentos estão listados a seguir:

Usinas termelétricas	Capacidade instalada (MW) (iii)	Data da concessão / autorização	Data de encerramento
UTE Presidente Médici (Fases A e B) (i)	446	08/07/1995	07/07/2015
UTE São Jerônimo (i)	20	08/07/1995	07/07/2015
UTE Nutepa (i)	24	08/07/1995	07/07/2015
UTE Candiota III (Fase C) (ii)	350	18/07/2006	17/07/2041

(i) Contrato de Concessão nº 067/2000, ANEEL.

(ii) Autorização conforme Portaria MME nº 304/2008 de 17 de setembro de 2008.

(iii) Dados não auditados pelo auditor independente.

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, regulamentada pelo Decreto 7.805, de 14 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a redução dos encargos setoriais, a modicidade tarifária e outras providências. As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica através da redução de três componentes tarifários: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais. Esta Medida Provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013, emitido em 23 de janeiro de 2013.

A prorrogação da concessão de geração, prevista na Lei nº 12.783/2013, depende da aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, estando prevista a indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados.

O contrato de concessão nº 067/2000, das UTE's Presidente Médici (Fases A e B), São Jerônimo e Nutepa, encerrou em 07 de julho de 2015. A Companhia manifestou, em tempo hábil, intenção de renovação de suas concessões.

O documento denominado "Síntese da Concessão/Autorização da Eletrobras CGTEE", datado de 10 de junho de 2015, contendo as tratativas, a proposta levada ao Ministério das Minas e Energia (MME), foi validada pela holding e encaminhada ao Secretário Executivo do MME através da Carta Eletrobras CTA-PR-257/2015, protocolada no dia 11 de junho de 2015, logo após reunião com equipe do MME que tratou da renovação das concessões.

Até o presente momento não há posição final do poder concedente sobre a manifestação da Companhia.

4 Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

4.1 Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor, bem como o valor justo para alguns ativos e passivos financeiros, compreendendo as disposições da legislação societária previstas na Lei 6.404/76, com as alterações da Lei 11.638/07, Lei 11.941/09, as normas

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), bem como os demais pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) vigentes em 31 de março de 2017.

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua, ou seja, a “moeda funcional”.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 21 de março de 2017.

4.2 Demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil – CPC 21 (R1) “Demonstrações intermediárias”.

As políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são consistentes com o praticado na preparação das demonstrações financeiras do exercício em 31 de dezembro de 2016, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 13 de abril de 2017. As demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

As presentes demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 24 de abril de 2017.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	4.339	16.155
Aplicações financeiras	45.901	39.852
Total	<u>50.240</u>	<u>56.007</u>

6 Clientes

A Companhia comercializa em leilões a energia elétrica produzida. O saldo a receber em 31 de março de 2017 foi o seguinte:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
4º Leilão CCEAR Energia existente - 2009/2016	-	4.804
1º Leilão CCEAR Energia nova - 2010/2024	1.345	5.222
Previsão energia de curto prazo	20.093	40.719
Previsão receita 1º leilão	45.791	43.591
Renegociações	433	525
Outros	640	640
Total	<u>68.302</u>	<u>95.501</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia efetua lançamento de previsão de receita de energia nas operações de curto prazo, quando há, para adequação ao regime de competência do saldo a receber de clientes.

A composição, por vencimento, está demonstrada a seguir:

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/03/2017
Suprimento de energia	67.618	-	684	68.302
Total	67.618	-	684	68.302

O saldo de clientes é o valor justo por representar o valor pelo qual a geração de energia da Companhia foi negociada via leilões e dentro dos regramentos contratuais da CCEE, e será liquidado entre partes interessadas com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

O saldo não teve ajuste a valor presente por representar efetivamente o montante a ser recebido, e não contém índices ou taxas de desconto para pagamentos antecipados.

Os contratos de suprimento de energia são dados em garantia para as operações de empréstimos e financiamentos tomadas junto a Eletrobras.

7 Tributos a recuperar

	31/03/2017	31/12/2016
IRPJ/CSLL a recuperar	1.092	962
IR retido na fonte	1.950	1.520
PIS/PASEP/COFINS retido na fonte - Lei 10833/03 art. 34	230	1.608
ICMS a recuperar (i)	277	-
Outros	81	81
Total Circulante	3.630	4.171
ICMS a recuperar (i)	24.514	24.780
Total Não Circulante	24.514	24.780
Total	28.144	28.951

(i) ICMS a recuperar

Os créditos fiscais de ICMS, no ativo circulante de R\$ 277, e no ativo não circulante, no valor de R\$ 24.514 em 31 de março de 2017 (R\$ 24.780 em 31 de dezembro de 2016), originaram-se, principalmente, das operações de compra de cal e outros insumos utilizados no processo produtivo. Atualmente, o ICMS sobre as saídas por venda de energia elétrica para as concessionárias é diferido, conforme Livro III, art. 1º do regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul.

Entretanto, esses créditos poderão ser realizados através da compensação com pagamentos devidos pela importação de materiais, insumos (como a cal), equipamentos em novos projetos ou no projeto de *overhaul* da UTE Candiota III – Fase C com a CITIC, que consiste na manutenção de grande porte

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

que ocorrerá durante o ano de 2017, objetivando a recuperação no rendimento e confiabilidade da Unidade Geradora.

No curto prazo, a Companhia realizou estudo para o aproveitamento dos créditos no projeto de *overhaul* da UTE Candiota III – Fase C.

O valor estimado para importação de materiais pela Companhia tem como base a previsão da CITIC, bem como os orçamentos levantados pela Consultoria BRG, e totaliza R\$ 74.738.

Com base na legislação aduaneira, incidem sobre o valor dos produtos Impostos (II, IPI, PIS e COFINS), seguro e frete que são tributáveis para o ICMS. Levando em conta a incidência do ICMS na importação, a Companhia prevê a realização dos créditos em R\$ 24.780, salientando que são dados preliminares que poderão sofrer reajustes.

Cabe destacar que a integralidade dos créditos registrados nesta rubrica está validada junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul para futura compensação, sendo procedida mensalmente esta validação.

8 Direito de ressarcimento – CCC / CDE

Esta rubrica é composta pelos valores a receber da Eletrobras decorrente de subvenção para aquisições de combustíveis fósseis com recursos da Conta de Consumo de Combustível – CCC, e também, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 129/2004.

O saldo tem a seguinte composição:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
CDE UTE Candiota III - Fase C	26.585	26.168
CDE UTE Candiota II – Fases A e B	6.751	13.056
Total	<u>33.336</u>	<u>39.224</u>

9 Almoxarifado

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Material de consumo	25.693	24.616
Combustíveis	3.062	6.449
Total Circulante	<u>28.755</u>	<u>31.065</u>
Combustíveis	180.467	178.707
Total Não Circulante	<u>180.467</u>	<u>178.707</u>
Total	<u>209.222</u>	<u>209.772</u>

O estoque de combustíveis da Companhia é constituído, em sua grande maioria, por carvão mineral. A Companhia estima que haverá, prioritariamente, o consumo do estoque de carvão mineral consignado à CCC/CDE em 2017, que corresponde a 1.614.806 toneladas, perfazendo o valor de R\$ 81.677. Assim, o estoque de carvão mineral de propriedade da Companhia, está registrado como ativo não circulante. O estoque de total de carvão mineral está apresentado no quadro abaixo:

**Companhia de Geração Térmica
de Energia Elétrica**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
em 31 de março de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	31/03/2017	
	Quantidade (Toneladas)	Valor (R\$ mil)
Carvão Mineral CGTEE	4.529.487	180.467
Carvão Mineral Consignado	1.426.044	77.591
TOTAL	5.955.531	258.058

Os demais estoques da Companhia são de peças, componentes, materiais de consumo e insumos utilizados no processo de geração de energia. Têm características de não obsolescência em função de que os equipamentos ou processos em que serão utilizados continuam em operação. Estão valorados pelos custo médio de aquisição.

10 Imobilizado

O saldo foi assim movimentado em 31 de março de 2017:

	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências curso/serviço	31/03/2017
Em serviço	3.482.924	-	(2)	2	3.482.924
Depreciação	(2.071.460)	(18.981)	2	-	(2.090.439)
Em curso	79.910	1.502	-	(5)	81.407
Total Geração	1.491.374	(17.479)	-	(3)	1.473.892
Em serviço	22.518	-	(43)	3	22.478
Depreciação	(9.922)	(283)	42	-	(10.163)
Em curso	-	42	-	-	42
Total Administração	12.596	(241)	(1)	3	12.357
<i>Impairment</i> Fase B	(356.066)	-	-	-	(356.066)
<i>Impairment</i> outras unidades	(21.698)	-	-	-	(21.698)
Total Provisões	(377.764)	-	-	-	(377.764)
Total	1.126.206	(17.720)	(1)	-	1.108.485

No exercício de 2016, o saldo foi assim movimentado:

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências curso/serviço	31/12/2016
Em serviço	3.473.576	-	(212)	9.560	3.482.924
Depreciação	(1.995.426)	(76.242)	208	-	(2.071.460)
Em curso	90.373	6.618	-	(17.081)	79.910
Total Geração	1.568.523	(69.624)	(4)	(7.521)	1.491.374
Em serviço	14.301	-	(240)	8.457	22.518
Depreciação	(9.101)	(1.051)	230	-	(9.922)
Em curso	800	136	-	(936)	-
Total Administração	6.000	(915)	(10)	7.521	12.596
<i>Impairment</i> Fase B	(119.940)	(236.126)	-	-	(356.066)
<i>Impairment</i> outras unidades	(21.698)	-	-	-	(21.698)
Total Provisões	(141.638)	(236.126)	-	-	(377.764)
Total	1.432.885	(306.665)	(14)	-	1.126.206

O saldo do imobilizado, por unidade, sem a provisão para *impairment*, em 31 de dezembro de 2016, está assim composto:

Unidade	31/03/2017	31/12/2016
UTE Presidente Médici (Fase A)	13.041	13.041
UTE Presidente Médici (Fase B)	393.879	356.067
UTE Candiota III (Fase C)	1.064.317	1.119.579
UTE Nutepa	3.462	3.507
UTE São Jerônimo	4.478	4.564
Oficina São Leopoldo	532	540
Sede administrativa	6.540	6.672
Total	1.486.249	1.503.970

Atendendo orientação da ANEEL, contida no Ofício nº 965/2002-SFF/ANEEL, de 7 de outubro de 2002, a Companhia tem sob sua guarda bens (materiais e equipamentos) recebidos da União destinados a empreendimentos da Companhia, em regime especial de utilização, sem ônus para a Companhia, no valor de R\$ 189.292, tendo como base a data de 30 de abril de 2000, conforme avaliação constante do Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 19, de 28 de janeiro de 2000. Este valor não será incorporado ao ativo imobilizado da Companhia e, portanto, não está sujeito à indenização quando do término do prazo de concessão.

Sobre os ativos operacionais das usinas da Companhia não pairam garantias fiduciárias ou judiciais em 31 de março de 2017.

As taxas de depreciação aplicadas em 31 de março de 2017 são as definidas pela resolução normativa ANEEL nº 674/2015, e estão demonstradas no quadro a seguir:

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017 e 2016</u>
Geração	
Caldeira	4,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento ciclo térmico	4,55%
Equipamentos da tomada d'água	3,70%
Edificações - casa de força	2,00%
Edificações - outras	3,33%
Máquinas e equipamentos	2,00 a 6,67%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Turbina a vapor	4,00%
Veículos	14,29%
Administração	
Máquinas e equipamentos	6,25%
Móveis e utensílios	6,25%
Veículos	14,29%

11 Intangível

Em 31 de março de 2017, o ativo intangível apresentou a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/03/2017</u>
Em serviço				
Custo	14.095	-	-	14.095
Amortização	(12.704)	(164)	-	(12.868)
Em curso				
Custo	902	137	-	1.039
Total	<u>2.293</u>	<u>(27)</u>	<u>-</u>	<u>2.266</u>

No exercício de 2016, o saldo foi assim movimentado:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2016</u>
Em serviço				
Custo	13.818	-	277	14.095
Amortização	(12.073)	(631)	-	(12.704)
Em curso				
Custo	4	1.175	(277)	902
Total	<u>1.749</u>	<u>544</u>	<u>-</u>	<u>2.293</u>

O saldo de ativos intangíveis em serviço, bem como o das adições do período, refere-se a aquisições de direito de uso de *softwares*. A taxa anual de amortização utilizada pela Companhia é a prevista no MCPSE, aprovada pela Resolução ANEEL nº 674/2015, relativa ao Tipo de Bem - TIB 205, item 205.01 (Direito), 205.02 (Marca) e 205.03 (Patente) - 20% ao ano.

**Companhia de Geração Térmica
de Energia Elétrica**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
em 31 de março de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Fornecedores

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Materiais e serviços	25.141	21.926
Suprimento de energia elétrica (a)	78.366	108.070
Encargos de uso da rede elétrica	5.213	5.281
Aquisição de combustíveis (b)	18.286	34.739
Total circulante	<u>127.006</u>	<u>170.016</u>
Aquisição de combustíveis (b)	16.555	16.555
Total não circulante	<u>16.555</u>	<u>16.555</u>
Total	<u><u>143.561</u></u>	<u><u>186.571</u></u>

(a) Suprimento de energia elétrica

O saldo é composto das aquisições de energia elétrica para revenda a liquidar, das estimativas de exposição da Companhia na CCEE, e da provisão para ressarcimento às distribuidoras quando a geração de energia, pela Companhia, não for suficiente para cumprir os contratos. A redução do saldo em 2017 ocorreu em função da amortização de faturas de compra de energia pendentes com a Eletronorte.

(b) Aquisição de combustíveis

A redução do saldo de fornecedor com a aquisição de combustíveis deu-se pela renegociação da quantidade de compra de carvão para a UTE Candiota III - Fase C, que passou de 1,7 milhões de toneladas em 2016 para 1,2 milhões de toneladas a partir de 2017. Para a UTE Presidente Médici – Fases A e B, não há mais compra de carvão em 2017.

13 Financiamentos e empréstimos

13.1 Composição

	31/03/2017				
	Encargos	Circulante	Total circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional					
Eletrobras	64.452	976.232	1.040.684	1.731.934	2.772.618
Total Moeda nacional	64.452	976.232	1.040.684	1.731.934	2.772.618
Total	64.452	976.232	1.040.684	1.731.934	2.772.618

	31/12/2016				
	Encargos	Circulante	Total circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional					
Eletrobras	6.818	371.145	377.963	2.302.480	2.680.443
Total Moeda nacional	6.818	371.145	377.963	2.302.480	2.680.443
Total	6.818	371.145	377.963	2.302.480	2.680.443

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os financiamentos e empréstimos existentes foram tomados, em sua totalidade, junto à Eletrobras, e se destinaram a viabilizar a construção da UTE Candiota III (Fase C) e, também, para viabilizar as compras de energia que a Companhia necessitou nos últimos exercícios.

Os financiamentos e empréstimos não geram gravames sobre os bens patrimoniais da Companhia. As garantias oferecidas são constituídas sobre os contratos de suprimento de energia mantidos com as distribuidoras.

Em 31 de março de 2017, a Companhia mantém negociação com a Eletrobras a fim de equacionar o estoque de financiamentos e empréstimos existentes. A Companhia não efetuou amortização do saldo de parte dos contratos de financiamentos e empréstimos no primeiro trimestre de 2017, não atendendo, assim, cláusula de *covenant* de adimplemento das parcelas. A Eletrobras concedeu *waiver* para a Companhia, datada de 04 de maio de 2017, deixando claro que não haverá antecipação da dívida. No entanto, para atendimento à norma contábil, a Companhia reclassificou, do longo prazo para o curto prazo, o saldo de R\$ 556.317, referente aos contratos inadimplidos.

13.2 Composição dos saldos por indexador

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Selic	981.525	1.079.356
IPCA	572.415	560.158
Juros contratuais	1.218.678	1.040.929
Total	<u>2.772.618</u>	<u>2.680.443</u>

13.3 Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2018	175.969	313.290
2019	207.616	324.148
2020	207.600	324.131
2021	169.381	282.222
Após 2021	971.368	1.058.689
Total Não Circulante	<u>1.731.934</u>	<u>2.302.480</u>

13.4 Movimentação dos financiamentos e empréstimos

Movimentação empréstimos	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2016	377.963	2.302.480	2.680.443
Encargos	57.755	38.419	96.174
Transferências	608.965	(608.965)	-
(-) Amortizações do principal	(3.877)	-	(3.877)
(-) Amortizações dos encargos	(122)	-	(122)
Saldo em 31/03/2017	1.040.684	1.731.934	2.772.618

**Companhia de Geração Térmica
de Energia Elétrica**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
em 31 de março de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação empréstimos	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2015	339.120	2.074.115	2.413.235
Ingressos	-	-	-
Encargos	60.060	310.088	370.148
Renegociações	(158.566)	158.566	-
Transferências	240.289	(240.289)	-
(-) Amortizações do principal	(74.804)	-	(74.804)
(-) Amortizações dos encargos	(28.136)	-	(28.136)
Saldo em 31/12/2016	377.963	2.302.480	2.680.443

As liquidações de empréstimos ocasionadas por renegociações de contratos não foram consideradas atividades de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por não representarem movimentos de caixa.

14 Tributos e contribuições sociais a recolher

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
PIS/PASEP	22	604
COFINS	120	2.800
ISS de terceiros	178	304
IRPJ, CSLL, PIS/PASEP/COFINS de terceiros	17.617	11.292
INSS	2.396	2.320
SENAI/SESI	30	15
FGTS	633	157
Total	<u>20.996</u>	<u>17.492</u>

15 Encargos setoriais

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
TFSEE	166	167
Total circulante	<u>166</u>	<u>167</u>
RGR	19.777	19.777
Total não circulante	<u>19.777</u>	<u>19.777</u>
Total	<u>19.943</u>	<u>19.944</u>

A Companhia recolhe, por determinação da ANEEL, cotas da Reserva Global de Reversão (RGR) e da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

A TFSEE e a RGR são apropriadas e recolhidas mensalmente, com valores estipulados pela ANEEL.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para o ciclo 2016/2017, que compreende o período entre Julho/2016 e Junho/2017, a Companhia não tem valores de RGR a recolher. No longo prazo, a Companhia efetuou lançamento de estimativa de ajuste na RGR, para o ciclo 2015/2016 (Julho/2015 a Junho/2016), no valor de R\$ 7.052, e para o período de Julho/2016 a Dezembro/2016, no valor de R\$ 12.725.

16 Obrigações estimadas

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Folha de pagamento	3.110	4.252
Encargos - Folha de pagamento	1.539	2.296
Provisão de férias	1.490	4.288
Provisão gratificação de férias	229	691
Provisão de 13º salário	1.026	15
INSS s/ provisão de férias e 13º salário	1.068	2.059
FGTS s/ provisão de férias e 13º salário	262	504
Total	<u>8.724</u>	<u>14.105</u>

17 Provisão para contingências

Em 31 de março de 2017, o passivo contingente teve a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Constituições/ Atualizações</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/03/2017</u>
Trabalhistas (a)	49.534	328	-	49.862
Cíveis (b)	283.826	-	(1.973)	281.853
Tributárias (d)	4.415	-	-	4.415
Ambientais (e)	-	40.000	-	40.000
Subtotal	<u>337.775</u>	<u>40.328</u>	<u>(1.973)</u>	<u>376.130</u>
(-) Depósitos recursais compensáveis	(11.411)	-	-	(11.411)
Total	<u>326.364</u>	<u>40.328</u>	<u>(1.973)</u>	<u>364.719</u>

Os depósitos recursais referem-se aos valores exigidos para dar continuidade à discussão judicial dos processos trabalhistas, inclusive de reclamatórias ajuizadas por empregados da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.

(a) Contingências trabalhistas

Contingências prováveis

Com base na opinião do escritório Dutra Villa & Dutra Villa Advogados Associados, a Companhia possui provisão no valor de R\$ 49.862 em 31 de março de 2017 (R\$ 49.534 em 31 de dezembro de 2016) para cobrir as causas judiciais com risco de perdas prováveis. A Companhia realizou depósitos recursais no valor de R\$ 11.411 em 31 de março de 2017 (R\$ 11.411 em 31 de dezembro de 2016) para processos que possuem provisões contábeis.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Depósitos judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais em diversos processos trabalhistas, para garantir a continuidade da discussão dos litígios.

Demonstramos estes valores no quadro abaixo:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Depósitos judiciais	10.530	10.061
Total	<u>10.530</u>	<u>10.061</u>

Contingências possíveis

Com base na opinião do escritório Dutra Villa & Dutra Villa Advogados Associados, existem processos trabalhistas classificados como de perda possível no valor de R\$ 57.032 em 31 de março de 2017 (R\$ 57.267 em 31 de dezembro de 2016). Deste total, R\$ 50.062 referem-se a ações de empregados terceirizados dispensados da empresa EMS Eletromecânica Silvestrini LTDA., em função do término do contrato entre essa empresa e a Companhia. A EMS encontra-se em recuperação judicial, e a Companhia pode ter que responder solidariamente à EMS nas indenizações desses empregados.

(b) Contingências cíveis

Contingências prováveis

Nos processos judiciais nos quais a Eletrobras CGTEE figura no pólo passivo, a assessoria jurídica e os escritórios contratados da Companhia estimam, como perda provável, o saldo de R\$ 281.853 em 31 de março de 2017 (R\$ 283.826 em 31 de dezembro de 2016).

Processo nº. 0026448-59.2002.4.01.3400

Trata-se de ação ordinária que busca anular despacho da ANEEL que determinou que a AES-SUL retificasse valores definidos como lucro referentes à venda da energia de Itaipu. Sobreveio sentença de improcedência da ação e extinção do processo com resolução do mérito. Em síntese, a sentença apontou que, considerando o contexto legislativo que permeia o quadro fático, reforçado pelo entendimento tardio da própria agência reguladora, corroborado pelo entendimento de mais de 30 concessionárias, a correta interpretação das regras de mercado homologadas pela Resolução 290/00 é a de que o item 2.11.2 das regras de mercado trazia a obrigação do registro das quantidades de energia de Itaipu contratadas pelas concessionárias quotistas, em compatibilidade plena com o art.10 da Resolução 290/00, pelo que não havia a possibilidade ou não da opção pela contratação do "alívio de exposição". Irresignada, a AES-SUL interpôs apelação que foi julgada procedente, reformando-se a sentença como segue: por unanimidade, rejeitar as preliminares de ilegitimidade passiva ad causam da ANEEL, de impossibilidade jurídica do pedido e de falta de interesse de agir, nos termos do voto da Relatora e, por maioria, rejeitar as prejudiciais de prescrição e decadência; e no mérito, por maioria, dar provimento à apelação da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. e declarar prejudicadas as apelações e recursos adesivos interpostos pelas demais empresas. Os réus apresentaram embargos de declaração que foram julgados improcedentes. Interpostos embargos infringentes que aguardam julgamento. O valor provisionado foi de R\$ 3.171 em 31 de março de 2017.

Processo 2143521-58.2010.8.21.0001

Trata-se de ação visando à condenação da CGTEE a compor prejuízos causados ao KfW por suposto danos decorrentes de garantias supostamente prestadas pela CGTEE. Requer o KfW a

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

condenação da CGTEE ao pagamento de (i) dano patrimonial no valor de R\$ 2.853; e (ii) dano moral a ser arbitrado em fase de liquidação.

Em 17 de agosto de 2010, foi distribuída a ação. Em 05 de dezembro de 2016, foi proferida sentença que julgou (i) procedente a ação indenizatória ajuizada pelo KfW, tendo condenado a CGTEE ao pagamento de indenização por danos patrimoniais no valor histórico de R\$ 2.853 e danos morais no valor histórico de R\$ 4.544; e (ii) extinta sem resolução de mérito a reconvenção proposta pela CGTEE. Em 13 de dezembro de 2016, a CGTEE opôs embargos de declaração em face da referida sentença. No momento, aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração opostos pela CGTEE. De acordo com o Escritório Demarest Advogados Associados, responsável pelo processo, a probabilidade de perda é provável, estando provisionado o valor de R\$ 22.761 em 31 de março de 2017.

Processo 2-12 0 236/12

Postula o Banco KfW a cobrança das obrigações oriundas dos empréstimos em desfavor da CGTEE, a qual figurava como avalista do referido empréstimo, considerando as amortizações vencidas (contabilizadas as multas contratuais), juros de empréstimo vencidos, juros de mora sobre amortizações vencidas e indenização por danos. A CGTEE não reconhece os avais, havendo, inclusive, ação em trâmite com provas da falsidade dos avais. A CGTEE recebeu o Ofício nº 2677/2013/CGCI-DRCI-SNJ-MJ, de 12/04/2013, do Ministério da Justiça, que encaminha Carta Rogatória de notificação de ação de cobrança do KfW junto ao Tribunal Regional de Frankfurt. A Carta Rogatória tomou o nº 7988/DE (2013/0109413-6) junto ao STJ. Refere-se a cobrança da garantia de 4 (quatro) contratos da Usina Termelétrica Winimport S/A. Já foram realizadas 3 audiências na Alemanha. O Escritório NOER LLP comunicou a sentença condenatória de 20/05/2016 da Eletrobras CGTEE em favor de KfW no valor estimado de EUR 74.825. Apelação interposta em 23/06/2016. As razões da apelação foram apresentadas em 27/09/2016. A etapa seguinte será a manifestação do KfW acerca do recurso. De acordo com o Escritório NOER LLP, a probabilidade de perda é provável, estando o valor de R\$ 253.529 provisionado em 31 de março de 2017.

Processo 001/1.13.0273514-5

Thorga Engenharia Industrial SA ingressou com ação de cobrança na qual requer o pagamento de valores a título de Hora-Extra da CGTEE, alegando que teve que pagar tal rubrica a seus empregados, mas que, quando apresentados tais valores à empresa ré, esta não teria os reconhecido. Através de sentença, o Juízo Ad Quo julgou procedente a ação nos seguintes termos do dispositivo: JULGO PROCEDENTE o pedido promovido por THORGA ENGENHARIA INDUSTRIAL S.A. contra COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE ELETROBRAS, CONDENADA a requerida ao pagamento de R\$ 699.585,98 (seiscentos e noventa e nove mil, quinhentos e oitenta e cinco reais, com noventa e oito centavos de real), corrigidos, segundo variações do IGPM, a partir do ingresso, mais juros de 1% a.m., estes, da citação, além de custas e honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor da condenação, atendidas as diretrizes dos incisos I a IV do §2º do art. 85 do NCPC6. A Eletrobras CGTEE interpôs apelação que aguarda julgamento. De acordo com a Assessoria Jurídica da Companhia, a probabilidade de perda é provável em 31 de março de 2017, e o valor de R\$ 1.393 foi provisionado.

Contingências possíveis

Com possibilidade de perda possível, a Companhia identificou processos cíveis no valor de R\$ 52.518 em 31 de março de 2017 (R\$ 54.738 em 31 de dezembro de 2016), não provisionados.

Processo 001/1.13.0298211-8

Trata-se de ação de indenizatória ajuizada pela empresa EMS Eletromecânica Silvestrini LTDA, através da qual a autora busca o valor de R\$ 28.952, sob a alegação de enriquecimento sem causa da ré, ocorrência de danos materiais e danos morais em virtude do contrato de prestação de serviços

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de apoio técnico. Alega a autora que houve erro de cálculo do BDI no Edital. Após sucessivos desdobramentos processuais, o processo encontra-se na fase probatória. Em decorrência dos prejuízos alegados, solicita danos materiais e danos morais, atribuindo à causa o valor de R\$ 28.952, não provisionados.

Processo 001/1.14.0039179-3

Ajuizado pela empresa EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda., através da qual reclama valores glosados decorrentes de penalidades por descumprimentos parciais do contrato e valores que foram penhorados na Justiça Trabalhista. A Companhia apresentou defesa no sentido de sustentar a legalidade das penalidades aplicadas, decorrentes de cláusulas contratuais, bem como o cumprimento de decisão judicial para depósito de valores penhorados pela Justiça Trabalhista. Atualmente, o processo está na fase probatória. O valor estimado do processo é de R\$3.598, não provisionados.

Processo 001/1.14.0060829-6

Ajuizado pela empresa EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda., através da qual solicita a nulidade de penalidade aplicada decorrente de inexecução total do contrato, com a liberação da garantia contratual oferecida. A Companhia está elaborando defesa sustentando a legalidade da penalidade aplicada. Atualmente, o processo está na fase probatória. O valor estimado do processo é de R\$4.638, não provisionados.

Processo nº. 5064165-37.2015.4.04.7100

A Eletrobras CGTEE interpôs ação ordinária contra a ANEEL e a CCEE objetivando a declaração de nulidade da cobrança de percentual maior de 2% nas penalidades de insuficiência de lastro contratual aplicadas. Nosso recurso de apelação foi recebido no duplo efeito, mas sem ser restabelecida a antecipação de tutela. Propusemos a Ação Cautelar nº 0000091-19.2015.404.0000 perante o TRF4, a qual foi julgada procedente para o fim de limitar, até o julgamento da apelação, a multa por insuficiência de lastro ao percentual de 2% do faturamento. Na ação cautelar, a CCEE interpôs Recurso Especial, que teve seguimento denegado. Agravou da decisão denegatória, encontrando-se o recurso no STJ. A apelação (nº 5064165-37.2015.4.04.7100) foi autuada na 3ª Turma do TRF4, ainda sem previsão de julgamento. Segundo o escritório responsável, CURVELO ADVOGADOS ASSOCIADOS, a probabilidade de êxito é possível. O valor das penalidades pode superar R\$ 40.000 não atualizados. Valor atribuído à causa R\$ 1.496, não contingenciados.

Processo 001/1.16.0051361-2

Trata-se de ação indenizatória visando à condenação da CGTEE a compor prejuízos causados ao KfW por suposto danos decorrentes de garantias supostamente prestadas pela CGTEE. Requer o KfW a condenação da CGTEE ao pagamento de (i) dano patrimonial no valor de R\$ 8.761. Processo na fase de contestação. De acordo com a assessoria jurídica da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

Processo 001/1.14.0325853-9

A Fundação CEEE ingressou com ação ordinária contra a Eletrobras CGTEE na qual requer a condenação desta ao pagamento das contribuições previdenciárias privadas devidas nos termos do Artigo 42 do Regulamento do Plano Único de Benefícios Previdenciários. Também requer a condenação da Eletrobras CGTEE ao pagamento do valor integral da reserva matemática constante do Mapa de Cobrança nos termos do Artigo 42 do Regulamento do Plano. O processo está na fase probatória. Valor histórico da causa R\$ 5.058. De acordo com a assessoria jurídica da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Ativos contingentes

Processo nº.5069345-68.2014.4.04.7100

A Eletrobras CGTEE interpôs ação ordinária contra a ANEEL objetivando a cobrança de valores exigidos pelo ressarcimento por geração abaixo da disponibilidade decorrentes da aplicação da cláusula 14 dos contratos (CCEAR) celebrados pela CGTEE tendo em vista o empreendimento Candiota III – Fase C. Julgado procedente em primeiro grau, com a revogação da cláusula 14 retroativamente a 11/03/2013 e condenação da ANEEL a restituir os valores pagos de 13/03/2013 a 07/10/2013, atualizados pela TR, mais juros de mora de 0,5% ao mês a partir da citação. A ANEEL interpôs apelação, distribuída à 4ª Turma do TRF, sem previsão de julgamento. Segundo o escritório responsável, CURVELO ADVOGADOS ASSOCIADOS, a probabilidade de êxito é possível. Valor atribuído à causa R\$ 85.689.

Processo 0031902-29.2016.4.01.3400

A Eletrobras CGTEE interpôs ação ordinária contra a ANEEL perante a Justiça Federal em Brasília, a fim de que seja declarado ilegal o cálculo da taxa de indisponibilidade efetuado pela ANEEL na base horária, com a consequente declaração do direito da Eletrobras CGTEE ao cálculo da taxa de indisponibilidade aplicando-se a média dos últimos sessenta meses nos termos do Edital de Leilão 002-2005, do Artigo 5, Parágrafo Único, Inciso II da Resolução 169 de 2005 e das Portarias de Autorização do MME 181-2006 e 304-2008. Também foi requerido que seja condenada a ANEEL à realização dos cálculos da taxa de indisponibilidade com base na média dos últimos sessenta meses de forma retroativa desde a entrada em operação comercial da UTE Candiota III, ressarcindo à Eletrobras CGTEE os valores indevidamente cobrados. O pedido liminar foi indeferido. Interposto agravo de instrumento que aguarda julgamento. O processo principal está na fase decisória. O valor da causa são R\$ 572.989. A probabilidade de êxito é possível.

Processo 5033160-60.2016.4.04.7100

A Eletrobras CGTEE interpôs ação ordinária contra a ANEEL e a CCEE perante a Justiça Federal do Rio Grande do Sul, a fim de que as Rés sejam compelidas a não transferirem para a AUTORA o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais, das quais não façam parte, relativas aos efeitos dos atuais valores de GSF sobre geradores hidrelétricos, em todas as liquidações realizadas pela CCEE no curso desta ação, bem como se abstenham de lhes aplicar qualquer sanção daí decorrente, até o julgamento da lide. A liminar foi deferida, sendo que a Eletrobras CGTEE voltou a receber recursos nas liquidações financeiras da CCEE. O valor histórico da causa são R\$ 68.683. A probabilidade de êxito é possível.

(d) Contingências tributárias na esfera administrativa (Secretaria da Receita Federal)

Contingências prováveis

Com possibilidade de perda provável, a Companhia é parte em processos administrativos fiscais perante a Secretaria da Receita Federal que totalizam R\$ 4.415 em 31 de março de 2017 (R\$ 4.415 em 31 de dezembro de 2016), provisionados.

Em relação aos autos de infração em trâmite na Receita Federal abaixo referidos, oriundos do desembaraço aduaneiro de peças e equipamentos para a construção da Candiota III (Fase C), conforme informado pelo escritório Franceschini Oliveira Advogados Associados, os processos são assim classificados:

Auto de Infração 11050.720343/2011-86, valor histórico R\$ 2.824. A probabilidade de perda é provável em 31 de março de 2017, e o valor de R\$ 3.277 foi provisionado;

Auto de Infração 11050.720909/2011-70, valor histórico R\$ 933. A probabilidade de perda é provável em 31 de março de 2017, e o valor de R\$ 1.138 foi provisionado.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências possíveis

Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte em processos administrativos fiscais perante a Secretaria da Receita Federal que totalizam R\$ 7.004 em 31 de março de 2017 (R\$ 7.004 em 31 de dezembro de 2016), não provisionados.

Em relação aos autos de infração em trâmite na Receita Federal abaixo referidos, oriundos do desembaraço aduaneiro de peças e equipamentos para a construção da Candiota III (Fase C), conforme informado pelo escritório Franceschini Oliveira Advogados Associados, os processos são assim classificados:

Auto de Infração 11050.720150/2011-25, valor histórico R\$ 4.505, probabilidade de perda possível;
Auto de Infração 11050.720435/2011-66, valor histórico R\$ 2.307, probabilidade de perda possível.

Processo 0062145-53.2016.4.01.3400

Trata-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal contra a Receita Federal, com pedido de tutela provisória de urgência, objetivando (i) o cancelamento integral dos créditos tributários de PIS e COFINS exigidos por meio do Auto de Infração no. 11080.722655/2010-96; e (ii) o reconhecimento do crédito de PIS e COFINS objeto do Pedido de Restituição/Compensação no. 11080.003212/2009-69. A sentença julgou procedente o pedido da Companhia para determinar o cancelamento dos créditos tributários previstos no auto de infração no 11080.722655/2010-96, bem como determinar que a União procedesse à análise do pedido de restituição/compensação formalizado pela Companhia, consubstanciado no PA no 11080.003212/2009-69, afastando-se a tese de desnaturação do preço predeterminado nos contratos de fornecimento de energia elétrica firmados; e cancelando, igualmente, as cobranças de PIS e COFINS oriundas dos PERDCOMPS vinculados aos processos administrativos indicados. A sentença deferiu ainda, o pedido de tutela de urgência para suspender a exigibilidade dos créditos tributários supramencionados. O processo está na fase de embargos de declaração. Valor histórico da causa R\$ 15.695. De acordo com o Escritório Machado Meyer, Sendacz e Opice Advogados, a probabilidade de êxito é possível.

(e) Contingências ambientais na esfera administrativa (IBAMA)

Contingências prováveis

Auto de Infração nº.681513/D

Trata-se de auto de infração de 19/11/2012 emitido pelo IBAMA, decorrente do lançamento de resíduos gasosos em desacordo com as exigências estabelecidas na legislação. O valor original da multa era de R\$ 20.000. Em março de 2017, a Eletrobras CGTEE recebeu do IBAMA a notificação administrativa de agravamento por reincidência, na qual o IBAMA informou que valor original foi convertido em valor agravo para R\$ 40.000, motivo pelo qual a probabilidade de perda é provável, sendo este valor provisionado em 31 de março de 2017. A Eletrobras CGTEE apresentou alegações finais no processo administrativo.

Contingências possíveis

Autos de infração nºs: 1160, 9076519, 9089069, 9089070 e 16701

Em Setembro de 2016, o IBAMA notificou a Eletrobras CGTEE mediante os autos de infração acima, referente à aplicação de multas que totalizam R\$ 102.035. Os objetos dos autos de infração consistem em penalidades decorrentes de violação dos padrões de emissões atmosféricas e efluentes líquidos no Complexo Termelétrico de Candiota. A Eletrobras CGTEE apresentou defesa. Classifica-se a probabilidade de perda como possível.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Outras questões ambientais

Usina termelétrica Presidente Médici

A CGTEE celebrou um TAC em 13 de abril de 2011 (aditado em 16 de agosto de 2013) em razão (i) dos ajustes ambientais das fases A e B da usina Presidente Médici, localizada em Candiota, Estado do Rio Grande do Sul; e (ii) da expiração da Licença Operacional N^o 057/99 relacionada à usina termelétrica Candiota II. O TAC foi celebrado com o Governo Brasileiro, representado pela Advocacia-Geral da União (AGU), pelo MME, pelo Ministério Ambiental (MMA), pelo IBAMA, pela CGTEE e pela Eletrobras.

A CGTEE instaurou quatro processos licitatórios para contratação de sistema de abatimento de material particulado e SO₂ na Fase B, para redução das emissões atmosféricas da usina no meio ambiente, mas todos resultaram fracassados.

Em atendimento ao § 3^o, da Cláusula Nona, do Primeiro Aditamento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de 16 de agosto de 2013, a Eletrobras CGTEE procedeu ao desligamento da UTE Presidente Médici (Fase B) a partir de 01 de março de 2017. O Ofício n. 07/2016 – DILIC/IBAMA de 30 de dezembro de 2016, autorizou, em caráter excepcional, a continuidade operacional da UTE Presidente Médici (Fase B) nos meses de janeiro e fevereiro de 2017, período de manutenção da UTE Candiota III (Fase C). A UTE Presidente Médici (Fase A) deverá operar até 31 de dezembro de 2017.

18 Benefícios pós-emprego

18.1 Plano de previdência complementar

A Companhia mantém um programa de benefícios previdenciários pós-emprego, complementar ao programa da Previdência Social, administrado pela Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, da qual é patrocinadora por contrato de adesão não solidário.

A Fundação ELETROCEEE é uma entidade fechada de previdência complementar de característica multipatrocinada, sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para administração de planos de benefícios previdenciários.

O plano de suplementação (Plano Único) é do tipo "benefício definido", com regime financeiro de capitalização, em que contribuem a Companhia e o empregado. Participam do programa os empregados admitidos na Companhia. Os benefícios garantidos pelo programa são os seguintes: suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, pecúlio, suplementação de pensão, auxílio reclusão, auxílio doença e complementação do abano anual.

Os ativos do plano são mantidos separadamente dos da Companhia e são contabilizados e controlados pela Fundação ELETROCEEE.

Para o atendimento do CPC 33 - "Benefícios a Empregados", o plano é avaliado anualmente por atuário independente contratado. A última avaliação ocorreu para a posição de 31 de dezembro de 2016, e seus efeitos estão relatados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

18.2 Programa de incentivo ao desligamento de pessoal

A Companhia, em conjunto com a Eletrobras, aplicou, em 2013, um programa de incentivo ao desligamento de pessoal – PID para seus colaboradores, do qual resta quitar as seguintes obrigações:

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Plano de Saúde para empregados - PID 2013	572	676
Total Circulante	572	676
Plano de Saúde para empregados - PID 2013	818	818
Total Não Circulante	818	818
Total	1.390	1.494

19 Remuneração aos acionistas

A Companhia tem o seguinte saldo de dividendos a distribuir, relativos aos resultados dos exercícios de 2010 e de 2011:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dividendos a distribuir		
Eletrobras	87.999	85.408
Outros	24	24
Total	88.023	85.432

Segue movimentação em 31 de março de 2017:

Saldo em 31/12/2016	85.432
(+/-) Variação monetária sobre dividendos não distribuídos	2.591
Saldo em 31/03/2017	88.023

Segue movimentação no exercício de 2016:

Saldo em 31/12/2015	74.928
(+/-) Variação monetária sobre dividendos não distribuídos	10.504
Saldo em 31/12/2016	85.432

20 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia tomou recursos junto a sua controladora para futuro aumento de capital. As obrigações advindas destas origens de recursos estão registradas no passivo não circulante.

A movimentação dos adiantamentos está demonstrada a seguir:

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2016	Ingressos	Variação monetária	31/03/2017
Contratos				
ECF 2941/2011	5.938	-	181	6.119
ECF 2941/2011-A	18.818	-	573	19.391
ECF 3219/2014	64.774	-	1.969	66.743
RES 0123/2015	40.306	-	1.225	41.531
RES 0123/2015-A	16.291	-	496	16.787
RES 0069/2016-A	165.442	-	22.816	188.258
RES 0069/2016	3.667	-	506	4.173
RES 0680/2015	52.555	-	7.248	59.803
RES 0069/2016-B	50.000	-	-	50.000
RES 0069/2016-C	1.377	-	-	1.377
RES 0069/2016-D	25.005	-	-	25.005
RES 0069/2016-E	5.509	-	-	5.509
RES 0136/2016	8.714	-	-	8.714
RES 0177/2016	8.092	-	-	8.092
RES 0357/2016	8.870	-	-	8.870
RES 0370/2016	8.499	-	-	8.499
RES 0490/2016	-	9.141	-	9.141
RES 0605/2016	-	18.525	-	18.525
RES 0711/2016	-	28.384	-	28.384
Total	483.857	56.050	35.014	574.921

O saldo referente ao ingresso de AFAC em 31 de março de 2017, R\$ 56.050, foi utilizado diretamente para abatimento de passivo com fornecedor. Assim, a Companhia não incluiu esse saldo como atividade de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por não representar movimento de caixa. Os reflexos dessa movimentação compõem a variação dos saldos das atividades operacionais, na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

21 Outros passivos

	31/03/2017	31/12/2016
Pesquisa e desenvolvimento (i)	24.795	24.046
Credores diversos (ii)	11.142	12.572
Total	35.937	36.618

(i) Pesquisa e desenvolvimento

A Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000 dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, estabelecendo em seu artigo 2º que "as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento".

A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 alterou a Lei nº 9.991, estabelecendo em seu artigo 12, que do total aplicado anualmente em pesquisa e desenvolvimento devem ser destinados 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, 20% para o Ministério de Minas e

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Energia - MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos e 40% em projetos desenvolvidos pela própria empresa.

Alinhado com as novas orientações para a realização de projetos de P&D, a Companhia está procurando investir no desenvolvimento de tecnologias para inovação do sistema de combustão do carvão e biomassa, mitigação ambiental e eficiência energética.

(ii) Credores diversos

A Companhia registra neste grupo apropriações de contas a pagar pelo reconhecimento de obrigações para fins operacionais diversos.

22 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda

O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social estão sendo calculados pelo regime de apuração do lucro real anual, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 9.430/1996.

(b) Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Em 31 de março de 2017, a Companhia acumula prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro, de caráter imprescritível, nos valores de R\$ 3.012.591 (R\$ 2.534.174 em 31 de março de 2016) e R\$ 3.012.827 (R\$ 2.534.411 em 31 de março de 2016) respectivamente. O CPC 32 - Tributos sobre os Lucros estabelece condições para o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovem a realização do ativo fiscal diferido. O ativo fiscal diferido sobre tais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não foi reconhecido nas demonstrações financeiras considerando que as condições para registro não estão asseguradas. Tal ativo representaria, em 31 de março de 2017, respectivamente, R\$ 753.124 (R\$ 633.520 em 31 de março de 2016) e R\$ 271.154 (R\$ 228.097 em 31 de março de 2016).

(c) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	31/03/2017		31/03/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(235.550)	(235.550)	(279.647)	(279.647)
Efeitos líquidos de provisões temporariamente não dedutíveis - constituídas/(realizadas)	59.557	59.557	47.882	47.882
	(175.993)	(175.993)	(231.765)	(231.765)
Despesas não dedutíveis	1	1	354	354
Lucro real e base da CSLL antes das compensações	(175.992)	(175.992)	(231.411)	(231.411)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL após compensações	(175.992)	(175.992)	(231.411)	(231.411)
IRPJ e CSLL do período	-	-	-	-

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O capital social, totalmente integralizado, é composto por ações ordinárias nominativas, sem valores nominais, pertencentes a acionistas domiciliados no país.

As ações estão distribuídas conforme segue:

	Quantidade de ações em 31/03/2017 e em 31/12/2016			
	Ordinárias	Total	Saldo em R\$ mil	Percentual
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	8.161.020.279	8.161.020.279	845.461	99,993%
Outros	592.355	592.355	77	0,007%
Subtotal	8.161.612.634	8.161.612.634	845.538	100,000%
(-) Ações em tesouraria	(224.279)	(224.279)	(28)	-
Total	8.161.388.355	8.161.388.355	845.510	100,000%

23.2 Reserva de lucros

Em 31 de março de 2017, é constituída unicamente pela reserva legal.

	31/03/2017	31/12/2016
Reserva Legal	2.596	2.596
Total	2.596	2.596

24 Receita operacional líquida

	31/03/2017	31/03/2016
Suprimento de energia elétrica	115.392	21.860
Venda de cinzas	476	1.177
Aluguéis	6	6
Total receita operacional bruta	115.874	23.043
ICMS	(46)	(119)
COFINS	(7.707)	(4.516)
PIS/PASEP	(1.673)	(981)
Total impostos e contribuições	(9.426)	(5.616)
RGR	-	(3.354)
P&D	(1.045)	(454)
Total encargos setoriais	(1.045)	(3.808)
Total deduções à receita operacional	(10.471)	(9.424)
Total	105.403	13.619

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR's) do 1º leilão de energia nova preveem ressarcimento às concessionárias clientes, por parte da Companhia, nos casos de indisponibilidade na geração das usinas da Companhia. A Companhia contabiliza sua receita com base no valor líquido a receber, já considerando eventuais ressarcimentos, conforme regras de comercialização da CCEE.

25 Custos e despesas operacionais

	31/03/2017			31/03/2016		
	Custo operacional	Despesa operacional	Total	Custo operacional	Despesa operacional	Total
Energia comprada para revenda	(53.020)	-	(53.020)	(61.288)	-	(61.288)
Encargos de uso da rede	(11.931)	-	(11.931)	(10.359)	-	(10.359)
Pessoal	(19.460)	(7.516)	(26.976)	(17.994)	(8.175)	(26.169)
Materiais	(12.928)	(126)	(13.054)	(22.679)	(255)	(22.934)
Serviços de Terceiros	(15.694)	(1.803)	(17.497)	(17.438)	(2.196)	(19.634)
Depreciação e Amortização	(18.353)	(301)	(18.654)	(17.826)	(279)	(18.105)
Provisões para contingências	-	(38.355)	(38.355)	-	(6.156)	(6.156)
Matéria-Prima e Insumos Prod. Energia Elétrica	(32.033)	-	(32.033)	(44.183)	-	(44.183)
(-) Recup.Despesas Subvenção Combustíveis	22.572	-	22.572	31.306	-	31.306
Outras	(1.256)	(2.918)	(4.174)	(1.596)	(11.050)	(12.646)
Total	(142.103)	(51.019)	(193.122)	(162.057)	(28.111)	(190.168)

25.1 Energia comprada para revenda

Em 2017, assim como em 2016, a Companhia precisou adquirir energia elétrica para não ser penalizada por insuficiência de lastro físico, conforme regras de mercado.

A Companhia mantém contratos de compra de energia junto à Eletronorte, que totalizam 135 MW médios mensais até dezembro de 2019, e 109 MW médios entre janeiro de 2020 e dezembro de 2023. Para demandas adicionais, a Companhia recorre ao Mercado de Curto Prazo da CCEE.

26 Resultado financeiro

	31/03/2017	31/03/2016
Rendimento de aplicações financeiras	1.978	818
Variações monetárias e cambiais ativas	23	2.702
Outras receitas financeiras	377	130
Total receitas	2.378	3.650
Encargos da dívida (i)	(147.681)	(100.186)
Variações cambiais passivas	-	(27)
Outras despesas financeiras	(2.798)	(6.592)
Total despesas	(150.479)	(106.805)
Total	(148.101)	(103.155)

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Encargos da dívida

O saldo crescente de empréstimos da Companhia ocasionou o aumento verificado nas despesas com encargos da dívida entre o primeiro trimestre de 2017 e o de 2016.

27 Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e o chefe da auditoria interna.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Remuneração	(738)	(711)
Encargos sociais	(190)	(54)
Benefícios	(61)	(13)
Total	<u>(989)</u>	<u>(778)</u>

28 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: contas a receber de clientes, direito de ressarcimento, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Recebíveis		
Clientes	68.302	95.501
Direito de ressarcimento - CCC/CDE	33.336	39.224
Mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	50.240	56.007
Total ativos financeiros	<u>151.878</u>	<u>190.732</u>
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	2.772.618	2.680.443
Fornecedores	143.561	186.571
Total passivos financeiros	<u>2.916.179</u>	<u>2.867.014</u>

A Companhia não efetuou em 31 de março de 2017, operações com características de derivativos, definidos no CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".

A Companhia mantém contratos de fornecimentos de Carvão com a CRM - Companhia Rio-grandense de Mineração, para atender suas unidades de produção em Candiota/RS. Em relação a estes contratos, a Companhia detém direitos de recebimento de subvenção para aquisição de combustíveis para produção de energia através da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), administrada pela Eletrobras. Desta forma, a maior parcela dos gastos com combustíveis destinados à geração é subsidiada.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Estimativa do valor justo

A Companhia pressupõe que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a eventual estimativa de perda com créditos de liquidação duvidosa, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

- i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2);
- iii) Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Abaixo, a Companhia apresenta o saldo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:

	31/03/2017	
	Nível 1	Total
Caixa e equivalentes de caixa	50.240	50.240
Total	50.240	50.240

	31/12/2016	
	Nível 1	Total
Caixa e equivalentes de caixa	56.007	56.007
Total	56.007	56.007

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos, quando mantidos pela Companhia, são incluídos no Nível 1.

A Companhia não mantém instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), tais instrumentos, quando existem, têm seus valores determinados mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Acrescenta-se, também, que a Companhia não detém instrumentos financeiros classificáveis no Nível

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Os instrumentos financeiros são classificáveis neste nível quando uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado.

O CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" estabeleceu mecanismos para a divulgação do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos, ou não, nas demonstrações financeiras. Todos os ativos e passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras e outros), incluídos nas presentes demonstrações financeiras intermediárias, não apresentam diferenças entre o valor de mercado e o contábil.

30 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar sua estrutura de capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução dos seus custos.

Os índices de alavancagem financeira podem ser sumariados conforme a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
Financiamentos e empréstimos	2.772.618	2.680.443
Fornecedores	143.561	186.571
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(50.240)	(56.007)
(-) Conta de consumo de combustíveis - CCC/CDE	(33.336)	(39.224)
Dívida líquida	2.832.603	2.771.783
Passivo a descoberto	(2.588.671)	(2.353.121)
Total do capital	243.932	418.662
Índice de alavancagem financeira	1161,2%	662,1%

31 Gestão de risco financeiro

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico/financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

a) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia não apresentou, em 31 de março de 2017, passivos em moeda estrangeira.

**Companhia de Geração Térmica
de Energia Elétrica**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
em 31 de março de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivos		
Dólar norte-americano	-	547
Total	<u>-</u>	<u>547</u>

b) Risco com taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivos		
Selic	1.556.446	1.563.213
IPCA	572.415	560.158
Juros contratuais	1.218.678	1.040.929
Total	<u>3.347.539</u>	<u>3.164.300</u>

c) Risco de liquidez

A Companhia atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Passivos	31/03/2017			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	127.006	2.365	7.095	7.095
Empréstimos e financiamentos	1.040.684	227.873	565.542	938.519
Obrigações estimadas	8.724	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	574.921	-	-
Total	1.176.414	805.159	572.637	945.614

Passivos	31/12/2016			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	170.016	2.365	9.460	4.730
Empréstimos e financiamentos	377.963	313.290	930.501	1.058.689
Obrigações estimadas	14.105	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	483.857	-	-
Total	562.084	799.512	939.961	1.063.419

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações permitindo que a Companhia identifique se irá encontrar dificuldades que possam afetar a capacidade de pagamento da empresa, levando-se em consideração as diferentes

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

d) Risco de preço

Com a Lei nº 12.783/2013, a remuneração das concessionárias geradoras hídricas passa a ser por tarifa determinada pela ANEEL. Já os contratos da Companhia se manterão inalterados até a divulgação, pela ANEEL, das regras de renovação das concessões térmicas.

Nas situações em que a Companhia precisa adquirir energia para complementar sua geração própria, ela o faz no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ficando, assim, exposta à variação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

e) Risco quanto à escassez de energia no mercado

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas reduz o volume de água dos reservatórios das usinas e resulta em aumento dos custos da energia elétrica. Para honrar os contratos, eventualmente, há necessidade de aquisição de montante de energia no mercado, suscetíveis ao risco acima.

f) Risco de não atendimento ao despacho

Quando as usinas térmicas são despachadas pelo ONS (despacho por mérito) para otimização do sistema, o despacho por mérito é limitado à disponibilidade da usina (índices de indisponibilidades - TEIP e TEIF), e estes índices entram no cálculo da garantia física.

- (i) Os índices de indisponibilidades (TEIP e TEIF) ajustam a garantia física da usina.
- (ii) Quando a soma dos 12 meses das garantias físicas for menor que a soma dos 12 meses dos contratos (lastro de venda) o agente é penalizado.

Pelas regras de mercado, o agente pode firmar contrato de compra de energia para constituir sua garantia física e assim reduzir sua exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) e reduzir a penalidade por insuficiência de lastro.

A exposição ao mercado de curto prazo é calculada com base no PLD.

A penalidade será determinada com base no montante de insuficiência de lastro multiplicado pela média ponderada mensal dos PLD's dos períodos de apuração em que se verificou a insuficiência de lastro ou o Valor Anual de Referência (VR), o que for maior.

Em 2017, o valor do VR foi de R\$ 104,03/MWh (R\$ 104,03/MWh em 2016) - conforme despacho SEM/ANEEL nº 289/2014.

32 Análise de sensibilidade

32.1 Moeda estrangeira

A Companhia não mantém ativos ou passivos em moeda estrangeira em 31 de março de 2017.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32.2 Taxa de juros

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas, ao final de 2017. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros variável.

a) Depreciação dos índices

Passivos	Saldo em 31/03/2017	Índice (%)			Valor		
		Cenário provável em 2017	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário provável em 2017	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Selic	1.556.446	8,8100	6,6075	4,4050	1.659.288	1.633.578	1.607.867
IPCA	572.415	4,3300	3,2475	2,1650	591.004	586.357	581.710
Total	2.128.861	-	-	-	2.250.292	2.219.935	2.189.577

b) Apreciação dos índices

Passivos	Saldo em 31/03/2017	Índice (%)			Valor		
		Cenário provável em 2017	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário provável em 2017	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Selic	1.556.446	8,8100	11,0125	13,2150	1.659.288	1.684.999	1.710.709
IPCA	572.415	4,3300	5,4125	6,4950	591.004	595.651	600.299
Total	2.128.861	-	-	-	2.250.292	2.280.650	2.311.008

33 Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada integral da Eletrobras. Até 31 de março de 2017, a Companhia realizou transações com empresas do grupo Eletrobras conforme demonstrado abaixo:

Ativos	Clientes	Direito de ressarcimento - CCC/CDE	31/03/2017	31/12/2016
CEAL	47	-	47	141
CEPISA	54	-	54	172
CELG-D*	-	-	-	441
ELETROBRAS	-	33.336	33.336	45.398
Total do ativo	101	33.336	33.437	46.152

* Em 2017, a CELG-D não integra mais o Grupo Eletrobras.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Dividendos a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	31/03/2017	31/12/2016
FURNAS	368	-	-	-	368	375
CHESF	299	-	-	-	299	301
ELETROSUL	301	-	-	-	301	302
ELETRONORTE	57.547	-	-	-	57.547	85.425
ELETROBRAS	-	2.772.618	87.999	574.921	3.435.538	3.249.708
Total do passivo	58.515	2.772.618	87.999	574.921	3.494.053	3.336.111

Receitas	Venda de energia	Ressarcimento de combustíveis	31/03/2017	31/03/2016
CEAL	374	-	374	225
CEPISA	1.139	-	1.139	287
CELG-D*	-	-	-	1.516
ELETROBRAS	-	22.572	22.572	31.306
Total da receita	1.513	22.572	24.085	33.334

* Em 2017, a CELG-D não integra mais o Grupo Eletrobras.

Despesas	Compra de energia	Uso da rede elétrica	Encargos sobre empréstimos e fornecedores	Atualização de dividendos a distribuir	31/03/2017	31/03/2016
FURNAS	-	(1.121)	-	-	(1.121)	(1.043)
CHESF	-	(944)	-	-	(944)	(865)
ELETROSUL	-	(910)	-	-	(910)	(1.528)
ELETRONORTE	(53.020)	(973)	(2.851)	-	(56.844)	(51.970)
ELETROBRAS	-	-	(144.119)	(2.591)	(146.710)	(95.880)
Total da despesa	(53.020)	(3.948)	(146.970)	(2.591)	(206.529)	(151.286)

34 Compromissos operacionais de longo prazo

Os principais compromissos operacionais de longo prazo da Companhia são os seguintes:

a) Venda de energia

A Companhia fornece energia de acordo com contratos firmados através de leilões de energia.

Como compromisso de longo prazo, está apenas o 1º leilão de energia de novos empreendimentos, com contratos vigentes até o ano de 2024.

Os saldos estimados relativos à venda de energia para os próximos anos estão mostrados a seguir:

	Venda de energia 1º leilão	
	R\$ mil	MWh
2018	474.699	1.988.520
2019/2020	949.398	3.977.040
2021/2022	949.398	3.977.040
Após 2022	949.398	3.977.040
Total	3.322.893	13.919.640

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Aquisição de combustíveis

A Companhia adquire carvão mineral da Companhia Rio-grandense de Mineração (CRM), com a seguinte previsão para os próximos exercícios:

	Aquisição de carvão	
	R\$ mil	Toneladas
2018	89.496	1.200.000
2019/2020	178.992	2.400.000
2021/2022	178.992	2.400.000
Após 2022 (quota bianual)	178.992	2.400.000
Total	626.472	8.400.000

c) Aquisição de insumos

A Companhia adquire cal, para controle das emissões atmosféricas da UTE Candiota III (Fase C), com a seguinte previsão para os próximos exercícios:

	Aquisição de cal	
	R\$ mil	Toneladas
2018	29.352	40.552
2019	29.352	40.552
2020	29.352	40.552
Total	88.056	121.656

d) Compra de energia

A Companhia mantém contratos de compra de energia com a Eletronorte. Abaixo, segue previsão de desembolso para os próximos exercícios:

	Compra de energia	
	R\$ mil	MWh
2018	228.948	1.205.280
2019/2020	449.643	2.178.432
2021/2022	441.391	1.946.304
Após 2022	220.695	973.152
Total	1.340.677	6.303.168

* * *

**Companhia de Geração Térmica
de Energia Elétrica**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
em 31 de março de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ricardo Luiz de Souza Licks
Diretor Presidente Interino

Tomé Aumary Gregório
Diretor de Finanças Interino

Ricardo Luiz de Souza Licks
Diretor de Engenharia, Expansão e Meio Ambiente

Ângelo Marcio Fernandes Pereira
Diretor de Geração Interino

Tomé Aumary Gregório
Diretor Administrativo Interino

Nelson Batista Prestes
Contador CRC-RS 46.431